

**“A EDUCAÇÃO QUE TEMOS E
A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**DA EDUCAÇÃO BÁSICA
À PESQUISA ACADÊMICA”**



DIAS 28, 29 E 30 DE SETEMBRO

XV JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

BNCC, GÊNERO E SEXUALIDADE: CENSURA DA PLURALIDADE

Pâmela Tainá Wink da Luz

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Eixo 3 - Educação, Trabalho e Emancipação

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, vinculada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), tem como objetivo analisar como as questões de Gênero e Sexualidade tem sido abordada na BNCC, a fim de compreender as mudanças ocorridas no documento e problematizar o desinteresse e o retrocesso do Sistema Educacional frente a estes assuntos. Um dos interesses dessa pesquisa é analisar ainda os impactos dos estudos referentes a gênero, sexualidade e educação sexual nas escolas e na formação dos estudantes. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica que utiliza como fontes a Base Nacional Comum Curricular e outras pesquisas já realizadas nessa área.

Para que possamos discutir gênero, sexualidade e orientação sexual na BNCC, necessito primeiramente realizar uma breve introdução acerca destes termos, a fim de que haja melhor compreensão sobre a abordagem dessa pesquisa. O conceito de gênero tem sido utilizado para destacar a natureza prevalentemente social das diferenciações fundamentadas pelas características biológicas do sexo, conforme colocado por SCOTT (2017, p. 72), encontra-se ligado a cultura, sendo construído através de sucessivas gerações e está intrinsecamente enraizado nas relações de poder entre homens e mulheres, a hierarquia dessas relações e as normas de convívio e comportamento, por esse motivo ele também é muito utilizado em um sentido político nos estudos sobre história das mulheres. Já o conceito de Identidade de Gênero, abordamos aqui como a

relação de um indivíduo com o masculino e o feminino através de uma visão pessoal do ‘eu’, ou seja, a identidade com a qual ele se identifica, independentemente do sexo. Conforme Judith Butler (2018), a identidade de gênero é performaticamente construída por sanções sociais e tabus, portanto, ela se torna real ao ser performada, a autora afirma que dessa forma, o gênero de uma travesti é tão real quanto o de uma pessoa cuja performance atende às expectativas sociais. Por fim, a sexualidade ou orientação sexual refere-se aos relacionamentos afetivo-sexuais, por quem nos apaixonamos ou sentimos desejo, a atração que temos por outras pessoas, do mesmo sexo ou do oposto, por ambos e em alguns casos, por nenhum.

Embora nos últimos anos a pesquisa acadêmica referente a Gênero e Sexualidade tem estado em crescente expansão, esse assunto ainda é um tópico sensível quando direcionado para a educação básica. Dificultando ainda mais o debate acerca das questões de Gênero e Sexualidade, em 2018 o Ministério da Educação removeu partes do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que abordavam sexualidade e a importância de respeitar a orientação sexual de outros alunos. Ademais, os termos "identidade de gênero" e "orientação sexual" foram suprimidos do documento, em determinadas partes, o MEC também eliminou a palavra "gênero", já a palavra “sexualidade” aparece apenas 3 vezes no texto e ao aparecer é referindo-se à sexualidade reprodutiva, enquanto a palavra “orientação” em nenhum momento do aparece relacionada a sexualidade ou gênero.

O que torna esse tema ainda um tabu na educação é justamente a falta de acesso a informações acerca da importância de se trabalhar esse assunto. Infelizmente, tal resistência é apoiada e incentivada por alguns setores governamentais, movidos por ideias conservadoras difundidas muitas vezes por lideranças religiosas no meio político. Tais agentes políticos, vestidos de um moralismo baseado em suas próprias convicções, exercem constante pressão no Ministério da Educação e são responsáveis por divulgar desinformações, as chamadas “Fake News”, visando persuadir a sociedade a se posicionar contra qualquer tentativa de levar essa temática para as escolas.

Como ressaltado anteriormente, as bancadas do boi, bala e bíblia, articuladas com setores ultraconservadores das igrejas evangélicas, protestantes e católicas, desenvolveram no Brasil, assim como vinha se desenvolvendo em outros lugares do mundo, a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade, e os direitos das mulheres e LGBT estavam degenerando a família e a sociedade. A principal estratégia para a disseminação desses pânico morais no contexto brasileiro foi à propagação de inverdades sobre as pautas feministas e LGBT, e os estudos de gênero e sexualidade (SILVA, 2020, p. 155).

Lamentavelmente essa atual onda conservadora que permeia a sociedade acaba por obstaculizar o processo de criação de políticas públicas e educacionais que possibilitem a discussão de tópicos relacionados a sexualidade, gênero e até mesmo à educação sexual. Por consequência, esses discursos maliciosos têm tido impacto negativo na formulação de políticas abrangentes que dialoguem com tais demandas e como consequência, milhares de crianças e adolescentes permanecem enfrentando situações de humilhação e não aceitação de suas identidades, afinal a compreensão destas questões é o primeiro passo para que o entendimento de si mesmo se faça possível, visto que é na transição da infância para a adolescência que muitos questionamentos internos sobre sexualidade e identidade começam a ganhar força e é justamente no meio educacional, dentro das escolas, que os estudantes podem e precisam ser acolhidos, uma vez que depois do convívio familiar, é no convívio escolar que as desigualdades se perpetuam, pois;

Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença (LOURO, 1997, p. 61).

Essas discrepâncias estão, em sua maior parte, ligadas ao conceito de Gênero, onde se define e são ditados os traços e características que devem pertencer a meninos e meninas, isso se manifesta desde as atividades físicas, como a perspectiva de que meninas jogam vôlei e os meninos futebol; até às regras de comportamento e os padrões ditados para a postura individual. Através de sua forma de organizar-se, os conteúdos, discursos, avaliações, brincadeiras e toda sua rotina, a escola sentencia como seus alunos devem agir, pensar, como devem portar-se no geral e assim vão se produzindo ou moldando os sujeitos e suas identidades (Lima; Mariano, 2022, p. 822)

Trabalhar com as questões de Gênero e Sexualidade em ambiente escolar vai ainda além da descoberta e do desenvolvimento pessoal, faz-se também necessário por uma questão de saúde e de segurança pública, especialmente no que diz respeito aos tristes dados de abusos cometidos contra crianças e adolescentes em ambiente familiar. Segundo dados alarmantes publicados no dia 18/05/2023, em boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, familiares e conhecidos são responsáveis por 68% dos casos de abuso sexual cometidos contra crianças no Brasil, é destacado ainda que entre os anos de 2015 e 2021, o país registrou mais de 200 mil casos de violência sexual com crianças

e adolescentes, o documento ressalta que apesar da família e da escola desempenharem papéis fundamentais na formação social de crianças e adolescentes, não garantem uma rede de proteção integral e o acesso aos serviços de saúde; o que evidencia a necessidade de um sistema melhor articulado para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É visível a necessidade que a educação sexual seja trabalhada em todas as escolas, para que logo cedo as crianças possam identificar e relatar uma violência quando a ela estiverem sendo submetidas. Mas até mesmo quando se trata de educação sexual voltada para a prevenção de abusos, doenças e até mesmo gestações precoces, encontra-se resistência em incluir esse tema nas escolas; as opiniões contrárias dizem que ao incorporar o estudo dessas temáticas, a escola estaria criando um ambiente que incentivaria as crianças a experimentarem a sexualidade, confundindo suas identidades a fim de saber o que melhor lhes convém, e assim, acabariam por colocar em risco a “família tradicional”. Além disso, argumenta-se que o tópico de sexualidade deveria ser exclusivamente tratado pelos pais, uma vez que não é responsabilidade da escola proporcionar educação sobre esse assunto, argumento que é muito incongruente, pois como visto antes, grande parte dos abusos ocorre justamente no seio familiar.

Historicamente, as relações de gênero são produtoras de diversas desigualdades e violências na sociedade. Abolir termos relacionados as pluralidades, além de ser um retrocesso no campo social, é também uma violência, sendo uma forma de silenciar determinadas pautas no âmbito educacional e dessa maneira reforçar a perpetuação de abusos e preconceitos. Para alcançarmos uma educação e por consequência, uma sociedade mais justa e acolhedora, é necessário insistir para que cada vez mais a escola seja um local seguro de aprendizado, acolhimento e desenvolvimento pessoal para os estudantes, que dentro dela estão construindo suas identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidade; Educação; Política Educacional.

REFERÊNCIAS:

ASSUNÇÃO Alves Zozias Lima, R.; MAZZEO Mariano, J. L. “Homem não rebola”; “Essa menina contamina as colegas”: reflexões sobre direitos humanos, gênero e escola. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 809–825, 2022 Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1615>

DA SAÚDE, M. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021 Boletim Epidemiológico SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM**

SAÚDE E AMBIENTE. [s.l: s.n.]. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. (2017). **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2). Recuperado de
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7172>

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC.** História, Histórias, [S.L.], v. 8, n. 16, p. 143-169, 16 out. 2020. Biblioteca Central da UNB. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/31928>.